

# Educação inclusiva e a síndrome de Down: obstáculos na aprendizagem e ensino significativos no ensino fundamental

## Autores:

### Eloy dos Santos Silva

*Pós-graduação em Linguagens. Membro do Grupo de pesquisa A Geomática na Construção Civil, nos Transportes e no Meio Ambiente - Universidade do Estado do Amazonas - UEA*

### Ana Caroline Rego Moreira

*Engenheira Ambiental (UNINILTON LINS). Membro do grupo de pesquisa da UEA/CNPQ*

### Antonio Estanislau Sanches

*Coordenador Membro do Grupo de pesquisa A Geomática na Construção Civil, nos Transportes e no Meio Ambiente - Universidade do Estado do Amazonas - UEA*

### Aline dos Santos Atherly Pedraça

*Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS-Paraguay. Membro do grupo de pesquisa da UEA/CNPQ*

### Valma Reis Mota

*Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS-Paraguay. Membro do grupo de pesquisa da UEA/CNPQ*

DOI: 10.58203/Licuri.20898

## Como citar este capítulo:

SILVA, Eloy dos Santos et al. Educação inclusiva e a síndrome de Down: obstáculos na aprendizagem e ensino significativos no ensino fundamental. In: FEITOZA, Denise Magalhães Azevedo (Org.). **Pesquisas e saberes em Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 97-121.

ISBN: 978-65-85562-08-9

## Resumo

Este estudo discutiu a educação inclusiva do educando com síndrome de down e os desafios da aprendizagem significativa para alunos do ensino fundamental. Trata-se de um estudo bibliográfico. Para tanto, foi discutida a educação inclusiva no programa escola para todos, para o ensino da criança com síndrome de down, além de abordar os desafios que a criança e a família encontra nas escolas públicas do Brasil e refletir sobre o percurso que a criança passa dentro das escolas. Foi evidenciado que o professor das escolas tem capacitação, mas se percebem limitados com os desafios constantes, a inclusão não é uma atividade estática, ela requer comprometimento, criatividade e ciência, acima de tudo. Outro ponto significativo é que a lei de inclusão é recente, mas muito avanço tem sido percebido pela atitude social de pessoas que se engajam e forçam as autoridades a conceder direitos que há muito foi negado a certos brasileiros.

**Palavras-chave:** Ensino. síndrome de down. Escola. Criança

## INTRODUÇÃO

A escola para todos é uma iniciativa que abre as discussões sobre a inclusão, onde a ação voltada as identificações das deficiências permitem que se adeque ao devido setor o indivíduo com alguma limitação, que favorecido pelo seu esforço e aprendizado vai se integrando a novos desafios.

A qualificação das deficiências é um passo decisivo que se faz presente em ações pedagógicas, que têm como tema “Educação Inclusiva: A Síndrome de Down e os desafios da aprendizagem significativa para alunos do Ensino Fundamental”. Colocando em evidência as dificuldades de inclusão escolar enfrentada pelo público portador da Trissomia do cromossomo 21, a Síndrome de Down.

Trata-se de um assunto muito importante para sociedade, pois aciona uma vertente social que envolve as instituições, familiares (pai, mãe, irmãos), professores, cuidadores e demais pessoas engajadas com indivíduos portadores de deficiência, neste caso as crianças com Trissomia do cromossomo 21, delegando a eles o direito de igualdade dentro do ambiente escolar.

Os professores passam por grande desafio pedagógico ao ter que trabalhar com a inclusão. A maior parte dos profissionais da educação não está capacitado para atuar com a educação inclusiva, por mais experiência que se tenha, o professor precisa estar preparado para assumir uma situação que exige a criatividade na hora de solucionar problemas.

De acordo com Vioto (2019), a criação de um ambiente escolar adequado à aprendizagem exige, por parte da gestão pedagógica, um trabalho participativo, no qual planejamentos e implementação de estratégias sejam estruturados e desenvolvidos com a participação de todos os envolvidos no processo.

As escolas precisam apoiar os professores que acompanham crianças com Síndrome de Down, por ser algo novo, carece experiências das atividades e o tempo é insuficiente para o planejamento devido.

A pessoa com Síndrome de Down, apresenta diversas características físicas e as que mais comprometem é a linguagem, sendo lenta e de difícil compreensão precisando ser estimulada precocemente.

Luiz et al (2008), cita que é na linguagem que a criança com Síndrome de Down apresenta maiores atrasos, sendo necessário um trabalho de estimulação constante.

A inclusão é uma forma de compensação, onde a sociedade tem uma dívida com as pessoas deficientes, por durante muitas décadas negligenciou o tratamento a esses cidadãos, além de rotular, humilhar e desacreditar.

Para Santos (2016), a forma de estimular a fala nas crianças com Síndrome de Down à importância de inclui-las no sistema de ensino fundamental para conviver com outras crianças e adultos e ajudando a desenvolver melhor a sua comunicação oral.

Este estudo tem por objetivo auxiliar os professores, pais e cuidadores a proporcionar um desenvolvimento aprimorado no cognitivo e o processo ensino-aprendizagem. Com vista a despertar o interesse pelo ensino, aperfeiçoar o vocabulário e a oralidade, oferecendo oportunidades de participação com ideias e sugestões.

A relevância está na reflexão, na busca em analisar conceitualmente a educação inclusiva, tendo como base a Constituição Federal de 1988, o artigo 205, que prevê o direito de todos a educação e o artigo 208, prevê o atendimento educacional especializado e a inclusão escolar com o objetivo de acesso à aprendizagem dos estudantes.

A metodologia tem como base a pesquisa exploratória/descritiva com enfoque qualitativo, onde os dados coletados em fontes bibliográficas e documental e em encontros, tipos rodas de conversa com professores, cuidadores e demais pessoas envolvidas na educação inclusiva, sobretudo, aos alunos com a síndrome de down.

A idealização de um estudo que aborde as crianças, os pais, professores e todos os envolvidos no processo de inclusão como meio de intervir e favorecer o desenvolvimento cognitivo.

A importância da inclusão educacional, para crianças com Síndrome de Down integrando o conhecimento pela premissa educacional, sendo a educação inclusiva o alvo que trará um novo ponto de vista, sabendo que a inclusão de crianças com Síndrome de Down em escolas regulares tem aumentado, e que muito ainda se tem que fazer para adequar a situação de pessoas portadora de deficiências para serem respeitadas e adaptadas ao ambiente escolar e, conseqüentemente, à sociedade.

Para a criança uma oportunidade em ser vista por suas necessidades e a família a chance de aprender e ampliar a assistência às pessoas portadoras de deficiências e a sociedades a oportunidade em fazer discutir, analisar e melhorar o atendimento às

crianças portadoras e síndrome de down.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESCOLA PARA TODOS

O indígena como sendo a figura mais identificada com o Brasil não poderia ser colocado para segundo plano, as políticas educacionais deveriam ser de inclusão do indígena, de permitir a ele acesso irrestrito, mas nunca foi assim, pelo contrário o indígena sempre foi tosado de seus direitos e colocado em situação de submissão.

“No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que tem como principal objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3, inciso IV).

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como o dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.208).

As Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA) reiteram e complementam os artigos supracitados apresentados na Constituição Brasileira.

A Declaração de Salamanca foi elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, em 1994, teve como objetivo fornece diretrizes básicas para a formulação e reformas políticas nos sistemas educacionais para atender os cidadãos portadores de deficiência física, mental e motora.

A Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa Portadora de Deficiência que foi celebrada na Guatemala, em maio de 1999, condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência na sociedade inclusive o direito a educação escolar com dignidade (VOIVODIC, 2008).

Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, que garante a dignidade e a igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Apesar de existir vários documentos e leis que orientam a inclusão das crianças portadoras de alguma deficiência nas escolas de ensino regular, no Brasil ainda vivenciamos uma integração educacional implementada somente por meio das leis, cuja ação é lenta, pois não temos uma integração planejada.

A Síndrome de Down é definida por uma alteração genética caracterizada pela presença de um terceiro cromossomo de número 21, o que também é chamado de Trissomia do 21.

Trata-se de uma deficiência caracterizada pelo funcionamento intelectual inferior à média, que se manifesta antes dos 18 anos. Além do déficit cognitivo e da dificuldade de comunicação, a pessoa com Síndrome de Down apresenta redução dos Tônus Musculares, cientificamente chamada de Hipotonia.

Também são comuns problemas na coluna, na tireoide, nos olhos e no aparelho digestivo. Muitas vezes, a criança com essa deficiência nasce com anomalias cardíacas, solucionáveis com cirurgias.

A origem da Síndrome de Down é de difícil identificação e engloba fatores genéticos e ambientais. As causas são inúmeras e complexas, envolvendo fatores pré e pós-natais, devido a isso geralmente tem a presença de crianças deficientes em sala de aula regular sem o apoio especializado e sem planejamento adequado.

Schwartzman (1999 apud VOIVODIC, 2008), defende que uma filosofia da inclusão social luta por uma educação de qualidade para todos, independentemente de os discentes terem ou não deficiência.

Se for vista através dessa visão filosófica ampla, é certo que é de obrigação do estado garantir a todos os alunos a permanência na escola, assegurando aos alunos portadores de algum tipo de deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem, adequando as escolas com espaços físicos e profissionais especializados no atendimento.

Entretanto, não é essa a realidade que vivenciamos no âmbito escolar. Segundo Gil (2005), para uma verdadeira inclusão, é preciso uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Segundo GIL (2005), Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.

Para que ocorra a inclusão tem que haver um conjunto de ensino equipado com recursos educacionais especiais para atender às necessidades educacionais especiais.

Batista e Mantoan (2007) define que aprender é uma ação humana individual, criativa, heterogênea e é regulada por quem está aprendendo, ou ensinando independentemente de sua condição intelectual, são as diferentes ideias e opiniões que elevam o processo escolar e também dá um norte para os professores e alunos.

Seguindo esse contexto, a escola atual precisa rever suas concepções de ensino e mudá-las, reinventando e buscando maneiras pedagógicas práticas para o desenvolvimento do aluno, precisando rever seu papel dentro e fora da escola como fonte de inclusão social, sempre valorizando e reconhecendo as diferenças no cotidiano das pessoas. (BATISTA e MANTOAN, 2007).

## ENSINO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Para o desenvolvimento do aluno é necessário haver a interação, essa interação entre fatores biológicos, psicológicos, culturais e ambientais, não é uma tarefa fácil quando falamos de crianças com SD.

Elas se apropriam da linguagem que conseguem dominar melhor, seja para expressar suas vontades e às vezes necessidades, como brincar e interagir com outras pessoas, isso porque as crianças portadoras de Síndrome de Down têm a memória curta, é isso acaba dificultando o acompanhamento e desenvolvimento.

No que é direcionado a elas, para trabalhar pedagogicamente com esses alunos há necessidade de envolver vários tipos de informações e orientações repetidas, diante disso as dificuldades podem ser regredidas, isso porque as informações repassadas devem ser acompanhadas por gestos ou figuras que descrevam claramente às instruções que pretende se repassar para o aluno.

No geral há um retardo com as atividades que envolvem o equilíbrio, a coordenação motora, a sensibilidade, o esquema corporal e a orientação espaço temporal.

Estas dificuldades geralmente ocorrem por causa da imaturidade nervosa e o não fornecimento das fibras, o que dificultam as funções mentais, como por exemplo, habilidades com conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal e habilidades no raciocínio.

As deficiências destas funções trazem grande prejuízo a vida da criança, porque traz um grau muito alto de dificuldade no aprendizado, principalmente quando chega a fase de desenvolver atividades escolares, isso porque elas possuem habilidades cognitivas abaixo da média, geralmente variando entre uma deficiência intelectual leve à profunda.

De fato, muitos pesquisadores observaram que os cuidados e a estimulação que a criança recebe no ambiente familiar são muito importantes no desenvolvimento da linguagem oral, pois ela passa a maior parte do seu tempo com a família.

Mesmo com a ajuda de profissionais e estimulação no ambiente familiar, é necessário um período longo para comunicar-se com um bom vocabulário e uma boa articulação das palavras (TRISTÃO; FEITOSA, 1998).

Assim sendo, o transmissor deve fazer uso de gestos claros para expressar a comunicação, pois dessa maneira promove um incentivo para as crianças que não conseguem se expressar falando claramente.

Existem outras maneiras que podem ajudar no ensino da leitura, esse suporte deve ser pensado de forma individualizada, ou seja, de acordo com a condição e potencialidades cognitivas e comportamentais de cada criança.

Para ajudar de forma mais rápida na leitura desses alunos, deve adaptar o conteúdo ao nível de conhecimento da criança, oferecer suporte físico ou visual adequado conforme a necessidade de cada criança.

A memorização do conteúdo depende de muita prática e também muita repetição do conteúdo, as dificuldades físicas, motoras e psíquicas tornam mais difícil desenvolver as atividades escolares.

A demora na imaturidade nervosa, causando disfunções mentais, que são as habilidades para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, estocagem do material aprendido e transferência na aprendizagem.

É por essa razão que uma das funções mais importantes é a linguagem que acaba se desenvolvendo mais lentamente nas crianças com SD (SANTOS 2005).

## TRATAMENTO E FORMA DE ESTÍMULOS

A criança com Síndrome de Down apresenta diversas características de comprometimento na linguagem, isso porque é lenta e de difícil compreensão precisando ser estimulada precocemente.

Segundo (Luiz et al, 2008), é na linguagem que a criança com a SD apresenta os maiores atrasos, e precisando de um trabalho de estimulação logo no início do primeiro ano de vida; pois só emiti a primeira palavra, em média, no 18º mês, onde expressa fisicamente mais do que fala na hora de se comunicar.

Para Santos (2016), como forma de estimular a fala nas crianças com SD, há a importância de incluí-las no sistema de ensino regular para conviverem com outras crianças e adultos e ajudando a desenvolver melhor a sua comunicação oral.

Moreira e Gusmão (2002) destacam a importância da criança com SD ser estimulados com fisioterapia, o que vai ajudar no melhoramento da coordenação motora, física e mental, proporcionando um aumento na expectativa de vida e uma maior interação social.

Micheletto et al (2009) aponta as vantagens da estimulação precoce de crianças com SD, pois traz consequências motoras positivas e significativas, quando a estimulação é tardia traz graves consequências futuras.

A estimulação precoce com fisioterapia, fonoaudioterapia e terapia ocupacional proporcionam uma contribuição notória para o melhor desenvolvimento e desempenho social possível, os pacientes com Síndrome de Down quase sempre são levados muito tarde para estimulação.

Quando já apresentam prejuízos do desenvolvimento neuropsicomotor, essa situação pode ser evitada com uma orientação correta das mães e cuidadores com relação aos estímulos precoce que essas crianças precisam ter.

Além das características físicas e intelectuais que caracterizam os portadores de SD, eles podem ser sujeitos a alguns problemas clínicos, sendo os mais frequentes as cardiopatias, originárias na fase embrionária e presentes em 50% dos casos; hipotireoidismo, otites médias, refluxo gastresofágico, hérnias umbilicais.

Quanto à alimentação, apresentam dificuldades ao se alimentar já no início, na fase da amamentação não conseguem a sucção e a deglutição do leite, quando passa para os alimentos sólidos podem apresentar dificuldade na mordida e mastigação. Havendo



estes casos, os pais devem procurar ajuda de profissionais especializados para ajuda com alimentação dos seus filhos, que são: pediatra, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, enfermeiro, nutricionista e fonoaudiólogo. (PUESCHEL, 2009).

Tem também outro problema que quase sempre afeta as crianças com Síndrome de Down, se trata do quadro de obesidade, que geralmente já começa nos primeiros meses de vida, outro problema sério é a obesidade.

Muitas vezes acontece porque os pais sensibilizados com a situação dos filhos acabam deixando-os se alimentarem de alimentos que não trazem riscos à saúde e contribui diretamente para o sobrepeso ou obesidade mórbida.

Segundo alguns estudos há também uma grande incidência de hipotireoidismo em adolescentes com SD, em torno de 50%, sendo que esta disfunção está associada aos altos índices de sobrepeso e obesidade. (THEODORO; BLASCOVI-ASSIS, 2009).

Mesmo com avanço da medicina no tratamento de crianças com SD, ainda temos um alto índice de mortalidade principalmente nos primeiros meses ou anos de vida. Mas conseguiram aumentar o tempo de vida destes indivíduos com SD.

Musinho (2021) destaca que a mortalidade dos últimos 10 anos difere significativamente em crianças com (44,1%) e sem (4,5%) defeito cardíaco congênito, especialmente quando combinado com malformação gastrointestinal.

Os estudos avançam para que as informações estejam disponíveis com acesso a pessoas que tem poder em intervir na causa do problema.

## **DESAFIOS DA ESCOLA EM INCLUIR A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

Hoje as escolas passam por um grande desafio pedagógico ao ter que trabalhar com a inclusão das crianças com Síndrome de Down, muito profissional em educação não está preparado e na maioria das vezes não procuram se capacitar para enfrentar essa realidade escolar, um professor de aluno com necessidade especial, por mais que tenha experiência, é necessário que esteja preparado para assumir uma situação criativa na hora de solucionar os problemas que irão aparecer.

Muitos profissionais trabalham com estas crianças com SD, inseguros, com falta de conhecimento da síndrome, as inexperiências das atividades na necessidade Educativas Especiais (NEE) e o tempo insuficiente para o planejamento adequado.

Tais aspectos podem ser minimizados com a formação continuada estimula o aprendiz a desenvolver os trabalhos em equipe, ouvir outras opiniões, a considerar o contexto ao elaborar as propostas das soluções, tornando-o consciente do que ele sabe e do que precisa atender. (BRASIL 2010, p.30).

A lei deixa bem claro e garante a inclusão de alunos especiais nas escolas, mas nem todas as escolas estão preparadas para receber estas crianças.

Leonardo, (2008, p. 436) destaca que: “A inclusão escolar não envolve apenas a boa vontade dos profissionais, diretamente envolvido nesse processo, a disposição é importante, mas não suficiente. A inclusão requer além de infraestrutura física, no mínimo infraestrutura humana”.

## METODOLOGIA

Ao longo deste estudo utilizou-a a pesquisa bibliográfica, para assim realizar a análise do tema exposto, tendo como finalidade a busca pela compreensão teórica sobre A importância da família no processo de ensino - aprendizagem. Desta forma:

Entende-se a pesquisa bibliográfica, em termos genéricos, é um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda a natureza. Tem como finalidade conduzir o leitor a pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber. Ela se fundamenta em vários procedimentos metodológicos, desde a leitura até como selecionar, fichar, organizar, arquivar resumir o texto; ela e a base para as demais pesquisas. (FACHIN, p. 120, 2006).

A pesquisa bibliográfica é fundamental para a análise de dados e informações sobre a temática proposta, pois ela:

É feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico iniciasse com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é fundamental para a análise de dados e informações sobre a temática proposta, pois ela:

Desta forma, este estudo foi desenvolvido através de análises de materiais teóricos que servirão de embasamento científico e metodológico para o desenvolvimento da então pesquisa.

Sendo que do ponto de vista dos procedimentos técnicos esta pesquisa compreende uma análise bibliográfica. Cervo e Bervian (2007, p. 65), escrevem que a pesquisa bibliográfica:

Procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Percebe-se, que a pesquisa bibliográfica é indispensável para qualquer outro tipo de pesquisa, pois conduz o estudo a partir dela própria, como também em outros tipos. Com base em Marconi e Lakatos (p. 1, 2006), entende-se que a pesquisa é um processo de sistematização, não apenas de configuração ou reestruturação de dados já conhecidos, mas exige comprovação e verificação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O instrumento utilizado para coleta de dados da pesquisa foi questionário para alunos e professores.

Os resultados descritos é a soma dos esforços coletivos dos professores e da equipe de assessoramento pedagógico do SEEI, que vem trabalhando coletivamente em busca de aprimorar a dinâmica do ensino e contribuir diretamente com a aprendizagem do alunado oriundo das comunidades indígenas as quais estão localizadas as escolas da pesquisa.

Diante da situação proposta tendo em vista a elaboração do projeto e o contato com a comunidade escolar. Em primeira instância foi feito o levantamento teórico para embasar a realização do estudo dentro da escola, bem como identificar os sujeitos da pesquisa.

Foram organizados cinco (5) encontros no sentido de organizar as atividades para falar e discutir a educação inclusiva, determinar os passos para associar o conhecimento e acompanhar crianças com síndrome de down no ensino fundamental.

A escola recebe o estudante em regime especial, mas, não tem a estrutura necessária para mantê-lo acomodado e apto a interagir para que consiga evoluir no seu desenvolvimento cognitivo e social.

Silva (2020), diz que a inclusão escolar de crianças com síndrome de down na educação infantil, requer professores específicos.

No sistema educacional brasileiro compreendemos grandes avanços no que se trata da educação escolar de crianças com Síndrome de Down, mas também ver-se uma diversidade de desafios, dentre eles, o de conseguir uma educação que ampare os objetivos da diversidade da condição humana (SILVA, 2020, p. 36).

No encontro programado para a última semana de março, a comunidade escolar se reuniu e foram realizadas rodas de conversa. Essa roda de conversa é uma oportunidade de identificar elementos presentes nas experiências de pais, cuidadores, professores e alunos.

Por ser uma atividade que instiga a presença de crianças na sala de aula regular e que tem condições específicas para atendimento desses alunos. Na roda de conversa onde foi levantado o tema inclusão, houve uma breve explanação de uma das convidadas que estavam na escola.

Azevedo (2017), fala que a inclusão de crianças com síndrome de down revela um dilema, devido as crianças com deficiência intelectual é um dos grupos mais prevalentes em aulas em escolas regulares, almejando propostas de inclusão.

Na roda de conversa foi exposto os motivos de que a escola precisa esclarecer a todos pela necessidade de conciliar as informações para destacar a presença de uma escola inclusa.

Quando se fala de inclusão, não se refere ao fato de dotar a escola de infraestrutura e sim organizar o conjunto, escola, pessoas e condições dignas de receptividade.

A comunidade sabe que precisa entender que a criança portadora de síndrome de down não é uma pessoa incapaz, ela pode aprender e se adaptar a todas as áreas de conhecimento. Diferentemente do que muitas pessoas preconizaram na vida a criança, super proteger deixa o indivíduo incapaz e alvo de se tornar vítima de sua própria comodidade.

Cavazotti (2019), cita que muitos estudos relatam que a superproteção dos pais é um fator negativo no desenvolvimento neuro psicomotor da criança.

Entende-se por superproteção parental como o fenômeno que se caracteriza pelo excesso de cuidados e zelo dos pais pelos filhos. A postura de superproteção dos pais de crianças especiais afeta as habilidades da criança, mascarando suas capacidades e, assim, prejudicando o desenvolvimento motor da mesma.” [...] “superproteção materna, especialmente na análise do escores normativos de P8 e ficou evidente no relato da mãe durante a entrevista, que ao ser questionada sobre algumas capacidades do filho, como por exemplo, se anda por lugares que tenham muitos obstáculos, como valetas e degraus, a mesma disse não permitir que o filho faça por ser perigoso. Apesar desse resultado, este estudo sugere melhor esclarecimento da maioria das mães no que diz respeito ao auxílio prestado as crianças em todas as áreas avaliadas (CAVAZOTTI, 2019, p. 115).

Na conversa os pais relataram que no decorrer do tempo, receberam a instrução para não superproteger a criança, ainda que tenha uma limitação e precise de algum contexto mais especial, ela consegue aprender de tudo.

Como forma de reconhecimento dos professores que atuam no sistema de inclusão, os relatos dos mesmos dão ciência que para atuar no sistema de inclusão tiveram que se debruçar na literatura.

Um dos relatos da professora evidencia que o maior desafio encontrado para a inclusão de um aluno do ensino fundamental I, com síndrome de down, era exatamente a superproteção da mãe. Todas as vezes que a criança ficava na escola vinha com outras manias, a mãe fazia as atividades e queria que fossem assinadas as avaliações como se a criança tivesse feito.

Foi então, sendo trabalhada a mãe, como professora sentiu a necessidade de trabalhar na fonte do problema. Ao ser esclarecida, a mãe passou a ser orientada para que pudesse mudar as formas de intervenção na vida da criança. Dentre as tomadas de decisão foi não interferir nas tarefas de casa, a criança não conhecia nada, então era instruída em sala de aula e uma atividade similar era enviada para que fosse feita em casa sem intervenção.

No primeiro momento, as atividades vinham sem muita consistência. Mas no passar do tempo as atividades foram sendo melhoradas e a criança começou a ter autonomia, inclusive a expressão oral passou a ser mais qualificada.

Como reflexo da roda de conversa os pais e professores solicitaram que fossem organizados mais momentos como esses trazendo profissionais que pudessem auxiliar nas formas de entendimento.

Ficou acertado que a escola pudesse organizar um cronograma de horários e a equipe de trabalho fazer um planejamento que será favorável para se trabalhar em conjunto alunos, pais, professores e cuidadores no sentido de facilitar a socialização das crianças SD que estão na escola.

Ficando agendado outros quatro encontros para interagir com a comunidade escolar pela sua capacidade de ajuste no tratamento de adaptação dos alunos com SD no espaço escolar.

De Godoi AMANCIO (2020), destaca que o desenvolvimento motor em crianças com síndrome de down, sobre a influência da família para seu aprendizado, é preciso analisar e estudar o desenvolvimento motor da criança com síndrome de Down e a influência da família para seu desenvolvimento cognitivo.

Essa observação do autor é pertinente para que se descubra o grau de intensidade que a deficiência ocorre em dado indivíduo, pois a socialização é um processo de descobertas, a criança quando não recebe intervenção direta para exercitar suas habilidades, consegue surpreender no seu desenvolvimento.

No segundo encontro, foi dedicada ao desenvolvimento das atividades adaptadas com a crianças com e sem SD. Nesse momento foi para perceber a interação das crianças no ambiente de estudos.

Contextualizando esse fenômeno se traz ao campo das discussões um jogo chamado goalball, segundo o Comitê Paraolímpico Brasileiro, Brasil (2022),

O goalball é um esporte baseado nas percepções tátil e auditiva, por isso não pode haver barulho no ginásio durante a partida, exceto no momento entre o gol e o reinício do jogo e nas paradas oficiais. A bola tem 76 cm de diâmetro e pesa 1,25 kg. (BRASIL, COMITÊ PARAOLIMPICO BRASILEIRO, 2022).

Percebe-se que esse jogo foi desenvolvido para deficientes da visão, mas seus idealizadores dizem que não, o jogo é uma forma interativa para socializar pessoas deficientes e não deficientes. É consenso que o jogo foi desenvolvido para deficientes visuais, mas seu apelo vai além da forma de aguçar os sentidos de um deficiente visual, o jogo mostra que ao por a venda nos olhos de um jogador não deficiente ele tem maior dificuldade que o deficiente.

Mas porque será, que o não deficiente tem mais dificuldades para atuar no Goalball? A resposta está na capacidade de despertar habilidades na ausência de sentidos, ou seja, uma pessoa sem deficiência ela tem o tato, olfato, visão, audição e paladar, constituindo cinco sentidos que se distribuem para guiar as ações do indivíduo.

Quando uma pessoa não tem algum desses sentidos ela aciona outros sentidos, ao passo que a deficiência fique minimizada, para que o mesmo opere com autonomia. A leitura de mundo pela 'toça de um deficiente, carece do conhecimento e da parceria de um não deficiente para que ele consiga deslocar e agir com o máximo de autonomia, logo para que o indivíduo adquira a habilidade ele precisa ser posto em campo e a prova é que o cérebro é capaz de sincronizar sentidos, operacionalizando setores para permitir que o indivíduo tenha clareza no que está percebendo e fazendo.

Almeida (2021), fala das dificuldades encontradas por professores no processo de inclusão de alunos com deficiência, porque não é só inserir o aluno deficiente, é estabelecer critérios para a manutenção de um espaço sadio.

Quando se menciona incluir uma criança com deficiência remete ao entendimento que aquela criança tenha um diagnóstico prescrito que contribua para a instituição adequar o espaço a ela. Mas, ainda assim, existe uma grande chance de ela ter problemas de adaptabilidade.

Voltando ao assunto do segundo encontro as atividades desenvolvidas em conjunto permite a observação de setores estratégicos que possibilita elencar meios que instrua tomadas de decisões.

Segundo Diniz (2020), a falta de capacitação de docentes e demais colaboradores escolares é também um grande desafio no cotidiano da escola regular.

Na verdade, a cultura brasileira, no seu desenvolvimento não tinha uma clareza quanto a equiparar o acesso dos deficientes, era aconselhado aos pais e responsáveis pelos deficientes que os guardassem em casa como um problema seu particular, enquanto que

o poder público, os órgãos de controle não se preocupavam com aquele indivíduo “exótico” que não fazia parte do ciclo social.

Essa cultura herdada e reproduzida de maneira cavalgar, fomentou o desenvolvimento de muitas outras formas de violência contra a cidadania das pessoas.

Essa condição tardia em validar direitos à minorias, como alguns críticos citam, permitiu, como cita Diniz (2020), que não há no país uma cultura de inclusão bem definida, por isso, o comum é que apenas pessoas com algum tipo de especificidade, como o surdo ou o cego, façam cursos específicos.

Ao despertar para essa corrente ascendente de conhecimento de conceitos e de direitos, onde fazer gestos de reconhecimento às deficiências virou bandeira eleitoral e/ou máscaras para muitos veículos de informação e pessoas mal-intencionadas é que a inclusão sempre está nos discursos vazios na sociedade.

Quando o governo, seja qual for a esfera, menciona inclusão, estampa a contradição de uma nação que tem uma das maiores cargas tributárias do mundo e não oferece serviços que dignifique pessoas. Essa herança é tão impactante, que ainda que todos os espaços públicos estejam sinalizados são poucos os que a obedecem.

Esse comportamento social é amplamente reproduzido nas escolas, as pessoas entendem que o respeito e a colaboração com o deficiente é um jeito de tê-lo como coitadinho. Mas, esse comportamento é agressivo ao portador de deficiências que se sente menosprezado por suas habilidades e capacidades de superar limites.

No caso do segundo encontro, as crianças foram colocadas em uma sala com muitos brinquedos e móveis, a ideia era visualizar a desenvoltura das crianças, por dois vieses: 1) a criança portadora de SD, se ela conseguia socializar e até que ponto ela interage e 2) o não deficiente, como seria o tratamento dele para com o coleguinha coim SD.

Passados duas horas, os alunos juntos, sob a supervisão de professores, técnicos e cuidadores, visto que os profissionais não estavam ali para intervir, somente manter harmonioso o ambiente. Quanto aos alunos sem a síndrome de down, estes se mantiveram, em alguns casos blindados, ou seja, de imediato criaram grupos de coleguinhas, passaram a brincar como já é de praxe em seu cotidiano.

Dentro desse ambiente eles se protegem e como os professores estavam presentes e na aula anterior os professores mencionaram os comportamentos sobre a inclusão, em dado momento um ou mais crianças ia até as crianças com SD e as levavam para o meio.



Percebeu-se que em alguns grupos houve resistência, e algumas crianças chegaram a sair do grupo devido a presença de uma pessoa com síndrome de Down no ambiente. Quando isso ocorreu a equipe de profissionais acolhe esse aluno e, discretamente, com toda a delicadeza conversa com o mesmo, fazendo esclarecer que ele tomou uma atitude errada.

É um trabalho constante e requer observação para identificar comportamentos que sinalizam para a discriminação e aversão à deficiência. Tais crianças ao serem questionados, em seus argumentos é a reprodução do que vivenciam em casa.

Uma das crianças citou o seguinte desabafo: “minha mãe fala que se eu ficar perto de um “mongoloide” vou pegar a doença dele, por isso quando o coleguinha chegou no grupo eu me afastei, nossa, não quero ficar como ele e nem quero contato com ele.”

Nesse tipo de depoimento a criança manifesta uma atitude que foi absorvida em casa, pela reprodução do adulto. Mas, quando se buscou ver com os pais e responsáveis da criança os pais disseram não saber porque o seu filho agiu assim. São pequenas atitudes que para um leigo é uma informação verdadeira e principalmente se for dita por alguém que a pessoa confia, como pais, mãe, irmãos e outros.

Gesser (2021), fala que ética do cuidado e a experiência da deficiência pode ser uma forma de não encarar o problema, deixar com que a natureza tome de conta.

Na verdade, esse comportamento irresponsável conduz a situações de calamidade onde a pessoa que comete a agressão não percebe que a faz naturalmente.

E quando a figura observada foi a criança SD, eles de imediato procuraram um local seguro na sala, mas não se juntaram, cada qual em sua defensiva e com certo receio começaram a interagir com os grupos montados. A criança com SD escolhe suas preferências e dependendo do grau de aceitação e acolhimento, ela pode interagir mais fortemente.

A equipe sai desse encontro com a ideia que o conceito de inclusão é um apanhado da amplitude, que antes de pensar incluir um deficiente é necessário fazer acordar o papel do não deficiente que pode trazer na sua criação traços de intolerância e falta de respeito com coleguinhas deficientes.

A educação inclusiva aborda que toda a criança tem direito à educação e à oportunidade de atingir um nível adequado de aprendizagem. Essa frase converge com a necessidade de se ter noção dos deveres voltados àqueles que tem algum tipo de limitação.

Segundo Diniz (2020), a legislação sobre a inclusão, normatiza que a educação inclusiva é um conceito recente que

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.), capítulo IV, o acesso à Educação teve avanços importantes, como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade, por exemplo. 2012 - Lei nº 12.764 - A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2014 - Plano Nacional de Educação (PNE) (DINIZ, 2020).

A legislação passa a credenciar os pontos mais críticos, mas é um processo lento e gradual, a tomada de atitudes e associação verdadeira sobre a inclusão, existem muitos que até dizem estar a favor, que fazem cumprir, mas na maioria é só um discurso apaziguado que na prática não se tem compromisso.

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014)), tem como meta

Essa lei traz novo aspecto para Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2014)

Trata-se de uma lei vigente que tem suas metas para a educação brasileira, no sentido de estabelecer 20 metas até o ano de 2024. Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão sancionada em julho de 2015, pela então Presidente Dilma Rouseff.

Essa lei traz novo aspecto para Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2014).

Quando a existência da Lei passa a trazer parâmetros para dignificar os papéis que o cidadão, as entidades devem depreender para com o respeito e dignidade ao deficiente.

Na relação entre crianças com e sem SD se converte em oportunidade para que a pesquisa levante dados do comportamento de diferentes grupos, confrontar as variações descritas na teoria, ou no diagnóstico médico, para juntar aplicações.

Para a terceira reunião, voltada ainda para observação do comportamento das crianças com e sem SD, mas agora com a perspectiva que eles já têm convívio, as relações mais pontuais e aqui destaca-se pontos de interesses observados.

Como as crianças ficam em ambientes sociais, ou seja, elas ficam no mesmo espaço para a interação, se percebeu que dos quatro alunos com síndrome de Down que a escola possui três deles já estavam totalmente integrados e confortáveis no ambiente socializado.

Um dos alunos estava à parte, sem interação. Um dos pontos a observar é o nível de deficiência que o indivíduo possui, para essa criança, como relatos dos colegas sem SD ele não tem paciência, pouco fala e ainda é agressivo. Se ele não tem a atenção dos colegas se irrita. Quanto aos outros SD, são bastante solícitos e extremamente organizados, que os torna requerido para estar no centro das brincadeiras e jogos. Um dos colegas falou que ele demorou a aprender, mas depois que aprendeu não erra mais.

Enfim, os relatos descrevem a evolução de determinados indivíduos e outros que não se enquadraram no perfil social a que estão inseridos. A criança que não socializou foi observada em suas posturas, seu comportamento no grupo e a relação com as pessoas.

Na entrega aos pais a criança não esboçou novidade alguma, além de se manter silencioso e precisou ser guiado pela mãe para se conduzir a condução a que estava o aguardar. A professora menciona que provavelmente aquela criança possa ter outra deficiência, certa limitação que associada a SD o torna sem alternativa de interação e a tentativa em colocá-lo em ação o irrita.

Se faz necessário ir a fundo na situação desse aluno, instruir os pais a conduzi-lo a especialistas para que os mesmos tracem um diagnóstico mais detalhado e que a escola possa somar medidas para o seu crescimento e participação na sala de aula.

Quanto à referência aos outros (03) SD, eles estavam felizes, sempre no centro das brincadeiras, pois as crianças gostam do zelo que ele tem com as pessoas, com as brincadeiras e outras ações típicas de crianças que aprenderam a ficar bem com a vida.

Santini (2021) desta que a aprendizagem da criança com SD é uma atividade complexa.

Isso se dá pela necessidade de introduzir adaptações de ordem curricular que requerem cuidadoso acompanhamento de professores, pais, sociedade, ambiente escolar. As dificuldades de aprendizagem, os distúrbios de conduta e a problemática de sua integração deveriam completar o quadro da educação do aluno com SD. Daí a importância de o professor estar capacitado e informado para esse atendimento, sendo essencial que a mantenedora dessas escolas propicie essa formação. Como podemos perceber, a informação consiste na estratégia mais importante do processo de inclusão escolar, seja por parte da comunidade, dos colegas, pais, funcionários e corpo docente (SANTINI, 2021, p. 2).

Mesmo que pareça uma evolução significativa existem muitos elementos que podem ser vistos para a inclusão de crianças SD no ambiente escolar normal, entende-se que esse é um processo contínuo e adaptativo, muito se limita ao discurso vazio, na crítica sem fundamentação ou no descaso pela falta de conhecimento.

A inclusão ocorre se o deficiente for tratado com respeito, sobretudo às suas habilidades, o SD aprende e sabe se mover diante de desafios, isso é provado em atividades que colocaram à prova sua capacidade de adaptação.

No quarto encontro, a atividade foi destinada a desenvolver alfabetização com uso de letras, sons e rimas. Para esse encontro, as crianças foram colocadas em sala de aula temática para que pudessem realizar as atividades com autonomia.

Houve dois momentos de aplicação em primeiro momento, as crianças com SD em uma sala e as sem SD em outra, com atividades simulares. As crianças da sala com os SD demoraram mais tempo para realizar as atividades, no primeiro momento isolado em suas cadeiras e depois foi solicitado que cooperassem uns com os outros.

Das quatro crianças, três delas conseguiram resolver razoavelmente as atividades solicitadas, mais o mesmo aluno que no encontro anterior não interagiu, ficou pendente e no momento colaborativo ele conseguiu interagir e fazer a tarefa, com muita dificuldade.

Essa atividade mostra que a escola, por meio de seus professores, cuidados e pais devem procurarem os melhores caminhos para amparar a criança e auxiliá-lo na

aprendizagem. Ele consegue assimilar e por dado momento passou a dialogar com os coleguinhas também SD, que mostra a interação e a oportunidade de abertura para outras decisões.

No segundo momento, as crianças foram colocadas na sala fazendo mesclar pessoas com e sem SD e as atividades foram realizadas, nesse caso mediada por um professor da escola, nesse momento que funcionou como uma gincana, o objetivo era trazer os SD para o centro das atividades e eles interagiram, apresentaram seus trabalhos feitos na atividade anterior e a escola os acolheu aplaudindo seus trabalhos.

Percebeu-se que as crianças SD ficaram felizes, inclusive o aluno que no encontro anterior nada tinha interagido, ele, nesse momento, ainda um pouco acanhado, interagiu, mostrou seu trabalho e sorriu com todos.

Santini (2021), descreve que a SD é a forma mais comum de deficiência mental:

Hoje, sabe-se que a pessoa com SD pode e deve ser educada, pode falar bem, ler e escrever bem, ser independente nas atividades diárias, praticar esportes e, além disso tudo, pode ser inserida no mercado de trabalho, sempre respeitando suas limitações. O desenvolvimento de uma pessoa com SD será tanto maior quanto as oportunidades que lhe são oferecidas e sabemos que a educação inclusiva é o caminho para a sua integração na sociedade (SANTINI, 2021, p. 6).

Convergindo com a citação do autor, as crianças assistidas nessa pesquisa mostraram avanços significativos, com o desenvolvimento cognitivo, oral e social crescendo, à medida que as atividades as posicionavam para interação. O último, quinto encontro se deram para apresentação das atividades feitas e análise dos resultados obtidos durante cada etapa do processo. A escola se reuniu e trouxe as crianças SD para que realizassem uma apresentação didática, senão que uma das crianças leu um pequeno agradecimento que emocionou a todos, outra apresentou um desenho que a mesma construiu para agradecer a presença da pesquisa na sua escola e os quadros juntos interpretaram uma espécie de coreografia para todos que ali estavam presentes.

Com essa atividade o ciclo de visitação, oficial se fechou e a comunidade escolar requereu que fosse feita outras visitas, já sem o compromisso com a pesquisa, mas para o compromisso social. Uma das mães relatou que em outra escola que conhece e que tem

crianças SD eles não conseguem avançar na aprendizagem, as mães deles reclamam que essas crianças não aprendem nada,

A orientação foi que outra equipe de estudantes pudesse fazer a visita e interação à escola e assim, como foi executado com esse projeto. A gestora da escola mencionou que é identificado que nas redondezas da escola existem crianças SD que não frequentam a escola, os pais até tentaram, mas não houve adaptação para eles, se fazendo necessário fazer um estudo mais detalhado e uma busca ativa para reintegrar essas crianças na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado com crianças com síndrome de down ou não em escola de ensino fundamental I na cidade de Boa Vista Roraima, foi uma oportunidade de interagir com situações que chama a atenção da ciência.

O professor dessa escola tem certa capacitação, mas se veem limitados com os desafios constantes, a inclusão não é uma atividade estática, ela requer comprometimento, criatividade e ciência, acima de tudo. Ao se voltar para a realidade escolar brasileira, se contempla uma instituição que sabe que deve fazer, mas que é limitada, ora pela falta de comprometimento das autoridades, ao acionar grupos ditos minoria, ou pelo desafio que move a sociedade civil organizada para sair de suas conformidades e colaborar, doar, impactar em situações que se arrastam a séculos.

A lei de inclusão é recente, mas muito avanço tem sido sentido pela atitude social de pessoas que se engajam e forçam as autoridades a conceder direitos que há muito foi negado a certos brasileiros. Os deficientes sempre estiveram presentes na sociedade, sendo mais fácil escondê-los ou trata-los como animais de estimação, assim a sociedade não precisava discutir a equidade de direitos e ficava a cargo de quem gerava a responsabilidade de manter estável aquele ser.

Observando por essa ótica parece desumano o tratamento dispensado para com o deficiente em séculos anteriores, mas eram propósitos conduzidos, visto que os governos não viam como interessante ter um deficiente no ambiente laboral, por exemplo. Mas, o movimento pelas minorias sempre existiu e muito se fez por atitudes próprias para despertar o sentido da inclusão, do direito para que pessoas com deficiência exerçam seu

direito de ir e vir, independente de suas condições fisiológicas, mentais ou locomotoras, entre outras.

Com o estudo foi possível perceber que muitas deficiências podem ser trabalhadas com poucos recursos, o que mais pesa é a capacidade de condução, de conciliação e capacidade de humanizar os sistemas.

Tem-se uma dívida com o direito às pessoas deficientes, o estado e as pessoas devem, acima de tudo respeitar e aprender a conviver com a diversidade, não se tem um perfil padrão de acolhimento e inclusão. Essa forma de atuação requer que cada caso seja analisado, diagnosticado e receber o tratamento equiparado para a situação.

No caso dos portadores de síndrome de Down, os níveis de deficiência são diferentes e podem ser trabalhados, sendo consenso que na maioria absoluta dos casos o indivíduo pode ser integrado ao meio social e educacional podendo chegar a patamares nunca sequer imaginado.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. P. DA S., & DAMKE, A. S. A Criança com Síndrome de Down: o sentido da inclusão no contexto da exclusão. *Revista Educação Especial*, 30(57), 103-114. (2017). <https://doi.org/10.5902/1984686X17862>.

Batista, C. A. M., Ropoli, E. A., Mantoan, M. T. E., & Figueiredo, R. V. D. *Atendimento educacional especializado: orientações gerais e educação a distância*. 2007.

BRASIL- DCNEB- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil 2010. Disponível em: <[HTTPS://portal.mec.gov.br/](https://portal.mec.gov.br/) Acesso em: Março de 2022.

BRASIL, Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2022. Goalball. Disponível em: Goalball - Comitê Paralímpico Brasileiro ([cpb.org.br](http://cpb.org.br)). acesso em 21.10.2022.

BRASIL, Senado Federal. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Observatório do Plano Nacional de Educação- PNE, 2014, disponível em: OPNE – Observatório do PNE ([observatoriodopne.org.br](http://observatoriodopne.org.br)). acesso em 21.10.2022.

DE GODOY AMANCIO, Priscila Maria Thomaz; CARVALHO, Lidiani Fabiano Pasini; BARBIERI, Gustavo Henrique. O desenvolvimento motor em crianças com Síndrome de Down e a

influência da família para seu aprendizado. *Revista Psicologia & Saberes*, v. 9, n. 16, p. 31-37, 2020.

DINIZ, Yasmine. Conheça os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular. *IMAGINE Educação*. 2020. Disponível em: Os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular (imaginie.com.br). acesso em 21.10.2022.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. Disponível em :<[HTTPS://planalto.gov.br](https://planalto.gov.br) Acesso em março de 2022.

FARIA, Ezequiel Pereira de; CAVAZOTTI, Renan Miranda. Monitoramento de índices de umidade de solos utilizando rede de LoRa. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

GESSER, Marivete; FIETZ, Helena. Ética do Cuidado e a experiência da deficiência: entrevista com Eva Feder Kittay. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, 2021.

GIL, M. (Coord.) Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005

LDB - Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em:<[HTTPS://portal.mec.gov.br/seed](https://portal.mec.gov.br/seed) Acesso em março de 2022.

LEONARDO, N.S.T. Inclusão Escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. *Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. v. 12, n. 2, p. 431-440, Julho/Dezembro, 2008. Disponível em<[HTTPS:// www.repositorio.ufpb.br/](https://www.repositorio.ufpb.br/) Acesso em: Março de 2022.

Luiz, F. M. R., Bortoli, P. S. D., Flória-Santos, M., & Nascimento, L. C. (2008). A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14, 497-508.

MICHELETTO, M. R. D., AMARAL, V. L. A. R. D., VALERIO, N. I., & FETT-CONTE, A. C. Adesão ao tratamento após aconselhamento genético na Síndrome de Down. *Psicologia em Estudo*, 14, 491-500. 2009.

MOREIRA, Lília; GUSMÃO, Fábio AF. Aspectos genéticos e sociais da sexualidade em pessoas com síndrome de Down. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 24, p. 94-99, 2002.

MOUSINHO, Carlos Eduardo Cesar. Avaliação do uso de medicamentos psicotrópicos durante a gravidez e a lactação: Overview de revisões sistemáticas. 2021.

PUESCHEL, M.S (org). Síndrome de Down: Guia para pais e educadores. Trad.Lúcia Helena Reily Editora Papirus. Campinas/SP. 2ª Edição. Série Educação Especial. 1995. Disponível em<[HTTPS:// www.unimep.br/](https://www.unimep.br/) Acesso em: Março de 2022.



SANTIN, Solane Cristina Felicetti; JUNG, Hildegard Susana. Estudantes com síndrome de Down:(in) formação como estratégia de inclusão. Revista Internacional de Formação de Professores, v. 6, p. e021005-e021005, 2021.

SANTOS, H. J. A família no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com SD. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia. Faculdades Integradas da Terra de Brasília, Distrito Federal, 2005. Disponível em:<[HTTPS://www.repositorio.ufpb.br/](https://www.repositorio.ufpb.br/) Acesso em: março de 2022.

SANTOS, Maria Lucilene Pereira dos. Inclusão de crianças com síndrome de down na rede regular de ensino: um estudo de caso na cidade de São Bento-PB. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. Novos estudos CEBRAP, v. 55, p. 83-96, 1999.

SILVA, Rafael Soares; DE SOUSA, Marciana Vieira; DA SILVA, Izabel Rodrigues. Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. Revista Amor Mundi, v. 1, n. 3, p. 35-46, 2020.

THEODORO, Luciana Rodrigues; BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. Síndrome de Down: associação de fatores clínicos e alimentares em adolescentes com sobrepeso e obesidade. Psicologia: teoria e prática, v. 11, n. 1, p. 189-194, 2009.

Tristão, R. M., & Guimarães Feitosa, M. A. (2012). Linguagem na Síndrome de Down. Psicologia: Teoria E Pesquisa. Disponível em<[HTTPS://www.periodicos.unb.br/](https://www.periodicos.unb.br/) Acesso em: Março de 2022.

VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa; VITALIANO, Célia Regina. O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Dialogia, n. 33, p. 47-59, 2019.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Disponível em:<[HTTPS://educere.bruc.com.br/](https://educere.bruc.com.br/) Acesso em Março 2022.